

A utilidade da greve no discurso do jornal Diário Económico

Branco Di Fátima*

Índice

Introdução	1
1 Contextualização	2
2 Greve Geral e a inversão de valores	2
3 Greve Geral: quem perde com ela?	5
4 A utilidade da greve e o imediatismo sistemático	6
Considerações finais	9
Referências	10

Resumo

Este artigo analisa o discurso do jornal português Diário Económico sobre a greve geral do dia 24 de novembro de 2011. Para desvelar o estudo utilizamos o material publicado pelo referido veículo de comunicação sobre a paralisação no dia que a antecedeu, ou seja, 23 de novembro. O trabalho aborda o papel desempenhado pelo enunciador na construção do discurso junto ao enunciatário. Observamos ainda os impactos da paralisação, reforçados pelo periódico, na vida dos cidadãos da Grande Lisboa.

*Mestrando em *Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação* pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Pós-graduado em *Produção e Crítica Cultural* pelo Instituto de Educação Continuada – (IEC). Graduado em *Jornalismo* pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). E-mail: gmfbranco@yahoo.com.br.

Palavras-chave: Greve geral; Discurso jornalístico; Enunciatário; Enunciado.

Abstract

This article examines the journalistic discourse of the Portuguese newspaper Diário Económico on general strike on the 24th of November of 2011. The study used the material published by the journal about the strike on the day that preceded it, the 23th of November. The paper discusses the role played by the enunciator in the construction of discourse with the enunciatee. We also observed the impact of the strike, strengthened by the journal in the life of the citizens of Lisbon.

Keywords: General strike; journalistic discourse; Enunciatee; Enunciation.

Introdução

(...) não há ‘discurso’ sem ‘interdiscurso’. A identidade discursiva não é proveniente de um discurso social fechado em si mesmo, mas quase sempre da sua porosidade. (RINGOOT, 2006, p. 138)

PRETENDEMOS neste artigo analisar o discurso jornalístico produzido pelo Diário

Económico sobre a greve geral do dia 24 de novembro de 2011, em Portugal, convocada pelas centrais sindicais CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) e UGT (União Geral dos Trabalhadores). Para desvelar este estudo utilizamos o material publicado pelo referido veículo de comunicação sobre a paralisação no dia que a antecedeu, ou seja, 23 de novembro.

Levamos em conta, sobretudo, o papel desempenhado pelo enunciador na construção do discurso (enunciado) junto ao enunciatário (público). Observamos em larga medida os impactos da paralisação, reforçados pelo periódico, na vida cotidiana dos cidadãos da Grande Lisboa, Portugal. Para constituir o corpus de análise, selecionamos a reportagem *Greve na CP, Metro de Lisboa e Transtejo afecta um milhão*, da jornalista Hermínia Saraiva, sob a vinheta *Destaque Greve Geral*.

Pontuamos que o discurso do veículo de comunicação português analisado aqui tem as suas particularidades resguardadas, já que não se trata de uma publicação generalista, mas, antes de tudo, um canal especializado em economia. Essa definição de gênero, que modula o recorte do real, contribui para a construção precisa de um discurso sobre os movimentos sociais e o impacto que suas ações podem causar sobre o campo micro e macro empresarial.

1 Contextualização

As centrais sindicais CGTP e UGT convocaram para o dia 24 de novembro de 2011, uma quinta-feira, a paralisação geral dos trabalhadores portugueses dos setores público e privado. A greve geral era justificada pelos organizadores como uma manifestação

de insatisfação popular contra as severas medidas de austeridade aprovadas pelo governo português em resposta às exigências da Troika (grupo formado por membros da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional) para garantir o empréstimo de subsídios para alavancar a economia do país nos próximos anos.

Entre as medidas de austeridade contestadas estavam, em linhas gerais, o corte de 5% dos salários da função pública, o aumento de meia hora de trabalho não remunerado para o setor privado, a diminuição de investimentos em educação, saúde e assistência social, a suspensão dos subsídios de férias e natal, além do aumento de impostos, como no caso do imposto do valor acrescentado (IVA) desde 1º de janeiro de 2012.

O fenômeno greve geral ganhou contornos midiáticos nos principais veículos de comunicação de massa portugueses (jornais, revistas, sites, rádios e televisões) e chegou a alcançar repercussão significativa para além dos braços da União Europeia, em países lusófonos como Brasil e Angola. O Diário Económico veiculou sobre o referido acontecimento público, no dia 23 de novembro de 2011, três matérias – com chamada de capa e infográficos – e quatro entrevistas, com representantes da indústria, comércio e líderes sindicais.

2 Greve Geral e a inversão de valores

O discurso jornalístico assume para si, na maioria dos textos publicados sob a diversidade de gêneros que abriga um veículo de comunicação, o papel de revelar a realidade

para o enunciatório tal e qual ela se processou na sua complexidade. Um recorte do real sob a ótica jornalística. Segundo Souza (2001), “o conceito corresponde à noção de que as notícias podem ser o espelho da realidade”. Para alcançar êxito na conversão de acontecimentos públicos em acontecimentos midiáticos, sem a perda nos meandros da enunciação do caráter realista do fato, o enunciador utiliza “procedimentos de objetivação do discurso”.

Partimos para a análise do discurso produzido pelo Diário Económico, no dia 23 de novembro de 2011, sob a vinheta *Destaque Greve Geral*, pela matéria veiculada nas páginas quatro e cinco, da jornalista Hermínia Saraiva, com o título *Greve na CP, Metro de Lisboa e Transtejo afecta um milhão*. Segundo Rebelo (2002), ao utilizar determinada estratégia enunciativa para a construção da cobertura de acontecimento público, o jornal pode reconhecer certas informações “como do domínio do real e, portanto, a veicular, automaticamente, os interesses que a fonte investiu no discurso ao produzi-lo”.

Sob a égide da objetividade sintática (sujeito, verbo, predicado), no título mencionado acima, o Diário Económico assume em seu discurso, sem a necessidade do amparo de fontes ou citações explicitadas no texto, os impactos que a greve geral causará aos cidadãos da Grande Lisboa com a paralisação dos transportes. Estamos diante, logo de início, de um enunciado assertivo. Ainda de acordo com Rebelo (2002), “basta dizer para que seja verdade”, já que a “prova da verificação está contida no próprio acto de enunciação”. O que vemos é a inversão do objetivo da greve pelo veículo de comunicação, que lê a paralisação como uma

causadora de transtornos à população e não como um mecanismo de participação cívica.

O Diário Económico não leva em conta que a paralisação é um instrumento legal, garantido pela Constituição Portuguesa, enquanto direito de reivindicação e livre expressão conquistado pela classe trabalhadora em processo histórico de lutas sociais. O periódico segue no subtítulo, “A paralisação da CP pode afectar 80% da oferta, atingindo mais de 350 mil passageiros”, utilizando mecanismo de repetição para culpabilizar os trabalhadores que aderirem à greve como os legítimos responsáveis pelos prováveis problemas no setor de transportes no dia 24 de novembro de 2011.

Temos em conta que o enunciatório da mensagem do Diário Económico é formado, em sua larga maioria, por economistas, executivos, empresários, políticos e profissionais do mercado financeiro – que geralmente não aderem às greves –, e que o próprio veículo de comunicação é uma empresa ligada ao conglomerado midiático Recoletos. Neste viés não poderíamos deixar de citar o que observa Ringoot (2006) sobre os fatores que influenciam a construção do discurso jornalístico. Quem elabora um discurso o elabora para um determinado público. O periódico leva em conta fatores intrínsecos à sua própria personalidade constituída ao organizar e veicular a informação.

No caso do discurso jornalístico trata-se de analisar aquilo que conta o jornal, mas trata-se também como são posicionados os que o escrevem e os que o lêem, trabalhando sobre os dispositivos enunciativos, as formas de disponi-

bilizar a informação. (Ringoot, 2006, p. 135).

Já no primeiro parágrafo da matéria, a jornalista Hermínia Saraiva utiliza-se da intertextualidade e de artifícios da retórica ao escrever “prognósticos só mesmo no final do jogo”, referindo-se ao número ainda incerto de pessoas que iriam aderir à paralisação. Como nas partidas de futebol – sendo Portugal um país em que a penetração desse esporte é considerável – poderíamos recordar, em mesmo pé de igualdade, os clichês: “o futebol é uma caixinha de surpresas”, “treino é treino, jogo é jogo” ou, ainda, “o jogo só termina quando o juiz apita”. O mecanismo de retórica utilizado aqui cria uma incerteza sobre o acontecimento público que se aproxima. A respeito das artimanhas da retórica, Ringoot (2006) acrescenta:

O poder da metáfora (e de outros tropos) vem precisamente desse “mas”, desse suplemento de sentidos que ela introduz no discurso sem paralelos e que dispensa qualquer evidência e toda a precisão do fato. (Ringoot, 2006, p. 130).

Saraiva (2011) prossegue com a metáfora. “As empresas estão a jogar à defesa e a avisar os utentes que amanhã pode ser um dia de muitas perturbações”. Aqui, mais do que “perturbações”, a jornalista se utiliza do advérbio “muitas” para respaldar a intensidade dos problemas que as pessoas poderão enfrentar. O discurso do jornal liga, mais uma vez, a paralisação convocada pelas centrais à confusão e à desordem, dado o valor semântico das palavras empregadas. Nota-se o desmerecimento do fenómeno social,

que ganha contornos catastróficos na voz do periódico. A jornalista segue pelos caminhos do não dito. “Já os sindicatos esperam que a terceira greve geral convocada pelas duas centrais, desde 1975, tenha um resultado histórico”.

O discurso cria uma nítida dicotomia para o enunciatório. Estabelece compromissos e expectativas que entrelaçam as centrais sindicais e as empresas. Enquanto o patronato, ‘preocupados com o interesse dos cidadãos’, avisa “que amanhã pode ser um dia de muitas perturbações” e está a “jogar à defesa”, acuado, os sindicatos esperam um “resultado histórico”, comemoram os resultados da greve geral mesmo diante das “perturbações”.

Indo além no discurso, o Diário Económico cria a impressão de que o melhor a ser feito, no dia da greve geral, é ficar em casa, recolhido ao aconchego do lar, dadas as dificuldades de locomoção provocadas pela paralisação dos trabalhadores. Mesmo que não explicita este argumento no dito jornalístico, Rebelo (2002) analisa a estratégia tendo como objeto outro contexto histórico:

(...) parece-nos, com efeito, que o objetivo da argumentação não é, exatamente, de levar o destinatário à prática de uma ação. Pelo menos no imediato. Salvo em casos excepcionais, um jornal não faz diretamente apelo ao voto em tal ou tal partido. Participa, isso sim, na formação da opinião, está, indireta ou potencialmente, a contribuir para que o eleitorado evolua em determinada direção. (Rebelo, 2002, p. 90).

As falas colocadas na boca das fontes (empresas e sindicatos), pela jornalista, não se apresentam em forma de citações diretas na matéria do Diário Económico. Muito pelo contrário, elas não estão entre aspas ou providas de elementos que as remetam às origens do dito. Para Rebelo (2002), “considerar um enunciado como informação, sem o ligar à fonte, equivale a reconhecê-lo como do domínio do real e, a veicular, automaticamente, os interesses que a fonte investiu ao produzi-lo”. O que nos leva à fórmula: “quem fala, fala de algum lugar e fala para alguém”. Nas reflexões de Rebelo (2002), podemos entender que “o jornal endossa a um suposto enunciador, um enunciado que, no fundo, lhe pertence a ele próprio jornal”.

3 Greve Geral: quem perde com ela?

A construção da enunciação sobre um fenómeno também pode inverter o significado do acontecimento público com a ajuda do enunciado. Não são raras as vezes em que é possível ver algo sendo laureado na imprensa em detrimento das ações de movimentos sociais organizados e centrais sindicais.

O Diário Económico não chega ao ponto de criminalizar as ações relacionadas à paralisação convocada pela CGTP e pela UGT, mas repercuti a perda salarial dos trabalhadores que pretendiam aderir à greve como um empecilho para que outros se unissem ao movimento. O periódico pontua os impactos que a greve trará para o bolso do patronato em detrimento ao ordenado dos trabalhadores. Nessa balança, quem perde com a greve são os trabalhadores e os

cidadãos que não estão diretamente ligados ao movimento. Como adverte Lene (2005), “o jornalismo económico, a serviço da ideologia neoliberal, ajuda a propagar seus mitos”.

A jornalista Hermínia Saraiva relata o impacto que a paralisação do Transtejo (empresa que presta serviço público de transporte fluvial na travessia do rio Tejo) provocará na Grande Lisboa. No discurso do periódico: “não deverá ter nenhum barco a circular”, como descreve o subtítulo da matéria que utiliza da modalização epistemológica de probabilidade. No caso do Transtejo, abordado pelo Diário Económico, nos vemos na obrigação de recordar que o Tribunal Arbitral de Portugal não definiu a necessidade do cumprimento de serviços mínimos para o setor no dia da greve.

Apesar da paralisação, o administrador do grupo Transtejo, Isidro Heitor, entrevistado na reportagem, “admite” que os prejuízos “não serão elevados”. Segundo ele, “cerca de 65.000 passageiros (...) serão afetados” e a empresa terá de “lidar com a perda de receitas dos passageiros ocasionais, cerca de 25.000 euros”. Heitor prossegue o raciocínio: “havendo greve não gastamos combustível e haverá alguns descontos aos trabalhadores que fazem greve”. Notamos aqui, além da presença de modalização epistemológica de certeza, a utilização acentuada de mecanismos de denegação. Este último recurso linguístico será usado com mais frequência, deste ponto em diante, na reportagem de Saraiva (2011). No sentido de compreender o que está por vir, partilhamos o conceito defendido por Rebelo (2002) de que “mais do que uma negação, a denegação pode acabar por funcionar como uma afirmação formulada na negativa”.

O Diário Económico, ao repercutir a teia de acontecimentos ligada à paralisação do Transtejo, constrói o discurso de quem será prejudicado com o ato cívico. Por um lado, a jornalista usa o verbo declaratório ‘admitir’ – para o patronato – que os prejuízos “não serão elevados”. “Havendo greve não gastamos combustível”.

Já na outra ponta da corda, dá destaque para: “65.000 passageiros (...) serão afetados” e “haverá alguns descontos aos trabalhadores que fazem greve”. Daqui, vale seguir com atenção redobrada na análise. O emprego do pronome indefinido “alguns” não necessariamente se refere aos salários dos trabalhadores que estão a fazer greve no dia 24 de novembro, mas, sim, indicam um tom de ameaça a todos os “trabalhadores que fazem greves”.

Pelos meandros do não dito, o discurso do Diário Económico constata que, os mais prejudicados serão os próprios trabalhadores – quando escolhem faltar ao trabalho – e os passageiros, que estarão impossibilitados de seguir seu caminho habitual por causa da paralisação. O prejuízo do patronato é mínimo, ou, minimizado nas entrelinhas da reportagem.

4 A utilidade da greve e o imediatismo sistemático

O Diário Económico continua em toda a matéria a utilizar os mecanismos de denegação e modalização de forma semelhante aos já analisados até aqui neste artigo. Estaremos atentos agora e até o final da matéria, para perceber como o jornal utilizou os pressupostos e a naturalização dos fatos sociais. Ainda serão levados em conta

os mecanismos linguísticos de ocultamento de dados das fontes, a utilização dos sujeitos coletivos e as formas de legitimação do dito com amparo nas vozes dos órgãos e empresas entrevistados para a matéria, ou seja, uma argumentação de autoridade que emana da voz do periódico português.

Segundo Reboul (1986), quando da elaboração do discurso, o enunciador pode se valer dos pressupostos como um mecanismo poderosíssimo de persuasão do leitor. O enunciatário tem a nítida impressão que é livre para se posicionar diante das argumentações do texto, de negar o que lhe é contado ou de confirmar os fatos contidos no artigo que é decodificado, naquele instante, pelo seu cérebro. Mas o enunciatário pode acabar envolvido pelo novelo dos acontecimentos reais midiáticos. O leitor é levado pelas múltiplas referências invocadas pelo autor, pela versão das fontes sobre o acontecimento público, pelas intertextualidades e pelos jogos polifônicos que são cobrados para uma interpretação alargada do discurso enquanto produto jornalístico.

Em primeiro lugar, o pressuposto resulta mais persuasivo se estiver expressamente manifestado. As atenções se colocam, efetivamente, sobre o que se manifesta, e o pressuposto, já que não é questionado, tende a ficar de fora. Desse modo, o receptor tem a impressão de ser livre, de poder dizer sim ou não, ainda que o fato de dizer sim ou não lhe faça admitir, sem sabê-lo, o essencial. (Reboul, 1986, p. 62, tradução minha).

Começamos por questionar as motivações que levaram a jornalista Hermínia Saraiva

a ocultar os nomes das fontes e outras informações que dariam credibilidade ao dito sobre a greve na reportagem veiculada pelo Diário Económico. Motivações essas, se existem em concreto, não foram explicitadas no material noticioso veiculado.

Entendemos que as coberturas jornalísticas em alguns contextos sociais exigem dos profissionais da imprensa a artimanha de ocultar o nome, o cargo, a profissão ou até mesmo se valer de nomes fictícios para proteger a integridade das fontes. O risco de represálias é eminente para quem fala de zonas dominadas pelo risco social ou ainda para aquele que aborda temas que possam vir a comprometer a integridade física, moral e estabilidade empregatícia do interlocutor. Se essa era a realidade vivida no momento em que o discurso jornalístico foi construído por Saraiva (2011), é difícil dizer apenas como a leitura do texto. Arriscar-me-ia a pensar que pelo tema abordado, as informações reveladas, a linha narrativa adotada e o próprio perfil da editoria que abriga o referido conteúdo, tal procedimento se configuraria excesso de zelo, para não dizer desnecessário.

Podemos notar um exemplo da utilização desse recurso de ocultar os dados da fonte no primeiro parágrafo do intertítulo *Carris e STCP com mais serviço*. A citação é remetida para uma “fonte oficial”. Mas quem é a fonte, qual o seu nome, qual cargo ocupa dentro do tal órgão oficial e em qual departamento específico ela trabalha que lhe dá credibilidade para dizer o que diz? “Sendo a média de passageiros transportados diariamente de cerca de 550 mil, prevê-se que a greve afecte um número um pouco superior, uma vez que terá impacto a partir das 23h30 do dia 23”.

O mecanismo de ocultar os dados das

fontes, utilizado pelo Diário Económico, poderia se caracterizar, no nosso caso de análise do discurso jornalístico, como a evocação do sujeito coletivo. Podemos citar ainda os exemplos recortados da própria reportagem, antes de prosseguirmos com a análise do texto: “diz a empresa”, “recorda fonte oficial da empresa”, “refere fonte da empresa”, “fonte da comissão de trabalhadores da Portucel não prevê”, “diz fonte oficial” etc.

Pontuamos que em nenhum dos exemplos mencionados acima é possível identificar as mínimas informações necessárias sobre as fontes utilizadas na reportagem de Saraiva (2011). Quem são elas de fato? Não saberemos apenas pela consulta do material jornalístico. A responsabilidade do dito é transferida de um “eu” para um “nós”, em larga medida abstrato, que se confunde com a própria voz do jornal enquanto enunciador. O “sujeito coletivo legitima o discurso”, num processo de transmutação de vozes, como sugere Rebelo (2002) em seus estudos sobre a temática. Da amplificação do eu surge o “nós majestático, da qual resulta uma pessoa mais maciça, mais solene e menos definida”.

No terceiro parágrafo, ainda no intertítulo *Carris e STCP com mais serviço*, uma frase ganha contornos premonitórios em meio ao texto. A jornalista diz, com a sua própria voz de narradora: “Mas a Carris nunca pára totalmente”. A utilização do advérbio de negação “nunca”, na oração, traz consigo a própria denegação do êxito da greve. Desacreditar as paralisações convocadas por sindicatos ou ações dos movimentos sociais é um mecanismo corriqueiro a serviço do patronato. Inusitado aqui é a forma como ele foi utilizado pelo periódico português, já que

a jornalista assume para si o risco ou responsabilidade pelo dito.

O Diário Económico segue o fio condutor que legitimará a afirmação de que a Carris “nunca pára”. Logo à frente, a jornalista diz: “a empresa foi a menos afectada pela paralisação dos sindicatos dos transportes”, num ato referencial à greve do dia 8 de novembro de 2011. Para arrematar a argumentação, o jornal respalda suas afirmações com a voz da empresa: “Em todas as greves convocadas, por razões alheias à empresa, os trabalhadores da Carris têm evidenciado um enorme sentido de responsabilidade, não aderindo de forma significativa’, refere fonte da empresa”.

Nessa parte nos deparamos com dois mecanismos de autoridade. Em primeiro lugar, a naturalização do fato social pela banalização do ato de aderir ou não à greve. A fonte da empresa destaca o “enorme sentido de responsabilidade” dos trabalhadores ao não se juntar à paralisação. Um ato que explicitaria a falta de responsabilidade daqueles trabalhadores que aderirem ao movimento no dia 24 de novembro. Num segundo momento, vemos a referência a outros acontecimentos similares para respaldar o discurso de uma baixa adesão à greve. A estratégia referencial ainda é encontrada no segundo parágrafo do subtítulo *Estações de correios fechadas*, que diz: “No BCP, e ‘tendo como referência o que aconteceu em greves anteriores’, não estão previstos alterações ao serviço prestado aos clientes”.

Para o primeiro argumento, de naturalização, as reflexões de Reboul (1986) nos remetem à ideia de racionalização do acontecimento público para a elaboração de uma verdade natural, universal, própria das greves quando relacionada com a empresa Carris.

Ficamos com a nítida impressão de que os trabalhadores da empresa não aderirão de forma “significativa”, já que têm “um enorme sentido de responsabilidade”, à convocação das centrais sindicais. “O que se pode notar é um raciocínio lógico, com uma série de silogismos fundados sobre uma verdade natural”.

Já a argumentação referencial busca evidenciar que os trabalhadores não aderirão à greve porque já não participaram em outras manifestações, como no caso do BCP. O jornal não leva em conta os diferentes contextos sociais em que os eventos ocorrem e de qual modo as mudanças aceleradas que se processam em uma sociedade complexa (que passa por graves problemas econômicos, políticos e altos índices de desemprego) podem influenciar na decisão dos trabalhadores. Para Reboul (1986), o que presenciamos é uma “demonstração assombrosa, já que o centro da argumentação é a infalibilidade” das afirmações respaldadas pela citação.

O discurso do jornal amplifica as vozes das empresas sem ouvir, sequer, um único funcionário, organizador da manifestação ou qualquer dirigente sindical. A greve é lançada para o campo do ‘outro’, do ‘alheio’, do ‘estranho’, e, portanto, desinteressante para os ‘zelosos’ trabalhadores desses grupos empresariais: BCP (Banco Comercial Português), Carris (empresa de transportes) etc. A não ser que a paralisação atrapalhe a rotina de tarefas e o cumprimento de horários dos funcionários que não aderirem. A diversificação de fontes empresariais – argumentação polifônica – na reportagem é reduzida à voz uníssona, também de autoridade, mas, sobretudo, de consenso.

A ruptura na lógica de relacionamento entre trabalhadores e patronato ainda é revelada

na semântica dos intertítulos: *Espaço aéreo parado e Estações de correios fechadas*. O que lemos na reportagem são afirmações do tipo: “a paralisação dos controladores aéreos acaba por condicionar a adesão à greve de outros sectores”, “a empresa diz não ser possível prever a taxa de adesão, uma vez que não se trata de uma greve relacionada com os CTT” ou, ainda, “qualquer tipo de alteração ao normal funcionamento só na medida em que a greve possa causar dificuldades aos trabalhadores em acender aos locais de trabalho”.

Considerações finais

A análise do discurso construído pelo *Diário Económico*, na reportagem *Greve na CP, Metro de Lisboa e Transtejo afecta um milhão*, da jornalista Hermínia Saraiva, não foge à regra das representações de uma paralisação que se alastra para os transportes já feitas por outros veículos de comunicação em diferentes países do mundo. Recorremos às explicações de Maurice Mouillaud, trabalhadas por Rebelo (2002, p. 69), para endossar esse ponto de vista. “A representação mediática de uma greve dos transportes implica a imagem de uma cidade entendida como um fluxo contínuo de circulações”. E, ainda, não é de se surpreender que “o acontecimento revela a sociedade ao contrário: são os acidentes, as catástrofes, a delinquência, o terrorismo, etc”. No nosso caso, a reportagem evidencia uma cidade parada, de fluxo rompido, com um milhão de pessoas prejudicadas pela falta de condução por causa da greve.

Também não é nova a estratégia de culpabilizar, no discurso de alguns veículos de comunicação, os trabalhadores pelos demais

problemas e transtornos que possam advir com as paralisações. O que o periódico português promove, com sucesso, é a desconstrução das contradições entre o patronato e os trabalhadores, ao amplificar a voz das empresas em um corpo uníssono, coeso, e ignorar a voz dos sindicatos. O jornal reúne e pacifica, em um mesmo time e de um mesmo lado ideológico, sentimentos antagônicos, paradoxais, complexos, de classes com objetivos díspares na construção da realidade histórica. O que só é possível quando uma das vozes é calada ou mutilada no discurso.

Assim como pontua Bobbio (1983), in *Dicionário de Política*, a greve é uma “abstenção organizada do trabalho”, fator que não interessa às empresas e muito mesmo ao governo, já que deixa prejuízos de produção e venda enquanto sensibiliza a opinião pública. Ainda hoje, segue Bobbio, os “movimentos operários se servem da Greve (especialmente a Greve geral) para impor ao Estado a adoção de políticas econômicas e sociais a eles favoráveis”.

O jornalismo econômico tem servido mais, como constata Lene (2005), à “ideologia neoliberal” e às “classes dominantes” do que aos interesses dos trabalhadores e do cidadão comum. O *Diário Económico* falha ao “não promover uma discussão mais profunda sobre questões cruciais para o desenvolvimento econômico-social do país, como a questão do emprego”, ao mesmo tempo em que elabora um discurso respaldado em estratégias linguísticas para denegar, naturalizar, desmerecer a greve geral e seus aderentes enquanto acontecimento público ao midiaticizá-lo tal como o fez.

Referências

- Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola e Pasquino, Gianfranco (1998.). *Dicionário de política*. 11ª edição, v. 1. Brasília: Editora UnB.
- Lene, Hérica (2005). *A emergência do capitalismo cognitivo e as mudanças no jornalismo econômico*. Lisboa. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/lene-herica-emergencia-do-capitalismo-cognitivo.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2012.
- Lima, Alexandre Bonetti (2008). *Considerações acerca da Polisssemia de Sentidos em um Jornal Diário: um ensaio sobre a mídia impressa*. Athenea Digital, Bellaterra, v. 13. Disponível em: www.raco.cat/index.php/Athenea/article/viewFile/87574/112658. Acesso em: 6 jan. 2012.
- Rebello, José (2002). *O discurso do jornal: o como e o porquê*. 2ª edição. Lisboa: Notícias Editorial.
- Reboul, Olivier (1986). *Lenguaje e ideologia*. Fondo de Cultura Económica, Cidade do México. Disponível em: <http://padron.entretemas.com/cursos/AdelD/unidad4/lenguaje%20e%20ideologia.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2012.
- Ringoot, Roselyne (2006). *Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre jornalismo?*. Comunicação e Espaço Público, ano IX, n. 1 e 2. Disponível em: www.consultoriadomestica.com.br/cgi-bin/ucb/s5tb01_analise_conteudo_estudos_jornalismo.pdf. Acesso em: 7 jan. 2012.
- Saraiva, Hermínia (2011). *Greve na CP, Metro de Lisboa e Transtejo afecta um milhão*. Diário Económico, Destaque, Lisboa, pp. 4-5, 23 nov.
- Souza, Jorge Pedro (2001). *Elementos de jornalismo impresso*. Lisboa. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2012.